



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008968-43.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **ELIZABETH FRINHANI RODRIGUES FILHA**
Requerido: **Banco Itaú BBA S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que efetuou o pagamento regular de fatura de cartão de crédito mantido junto ao réu, mas ele promoveu o débito automático do mesmo valor sem que tivesse ciência disso e muito menos o autorizasse a tanto.

Almeja à regularização dessa situação e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

De início, assinalo que o réu não justificou a pertinência que teria o depoimento pessoal da autora para a definição da lide (fl. 64), desatendendo ao que lhe foi determinado sobre o assunto a fl. 58.

Viável, portanto, a pronta solução da causa.

Assentada essa premissa, os documentos que instruíram o relato exordial respaldam as alegações da autora.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Vê-se a fl. 03 que em 10/09/2018 ela quitou a fatura de seu cartão de crédito, ao passo que o réu na mesma data promoveu o débito automático do mesmo valor para o adimplemento de idêntica obrigação (fl. 04), gerando o seu pagamento em duplicidade.

Isso acarretou a devolução de cheques emitidos pela autora por falta de provisão, o que teve vez somente pelo débito efetivado pelo réu (fl. 05).

De outra banda, a autora deixou claro que não havia autorizado a consecução desse débito automático, o que de resto é crível porque somente assim se concebe o pagamento que realizou.

Já o réu em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, reconhecendo tacitamente sua falha ao assentar que regularizou a pendência ao devolver à conta dela a quantia de R\$ 9.117,31 sem ressalva alguma.

Diante desse cenário, reputo que a pretensão deduzida merece prosperar.

A falha do réu ficou patenteada e a restituição da quantia debitada sem respaldo pelo mesmo é de rigor.

Isso já foi inclusive implementado, consoante noticiado a fl. 16.

Quanto ao cancelamento da pontuação negativa da autora, advinda da devolução de cheques, impõe-se porque não foi ela quem deu causa a tanto, valendo o mesmo raciocínio para o cancelamento dos juros cobrados pelo saldo devedor provocado pelo réu.

Por fim, os danos morais da autora estão configurados, seja pelo desgaste de vulto a que foi exposta, seja porque a mera devolução de cheque bastaria a isso.

Ao analisar a Súmula nº 388 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (“*A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral, independentemente de prova do prejuízo sofrido pela vítima*”) o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de assentar:

“Incide, in casu, a teoria do risco proveito, fundada na livre iniciativa, que relega ao empreendedor, de modo exclusivo, o ônus da atividade econômica lucrativa explorada no mercado, tanto é que o eventual dever de indenizar surge independentemente da existência de culpa. É dizer: se os lucros não são divididos com os consumidores, os riscos também não podem ser. O dano, na espécie, é in re ipsa, que dispensa prova de maiores reflexos, patrimoniais ou morais.” (TJ-SP, Apelação nº 0000620-45.2012.8.26.0534, 24ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **FERREIRA DA CRUZ**, j. 20/08/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tal orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e nesse contexto é de rigor a condenação pleiteada.

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente utilizados em situações afins (leva em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo vingar.

Ressalto, por oportuno, que a condenação à devolução em dobro do montante debitado da autora não tem lugar porque o pedido correspondente foi lançado apenas a fls. 61/62 e porque não há provas de que o réu tivesse obrado de má-fé, elemento indispensável de acordo com entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça (cf. Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para:

- (1) tornar definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1;
- (2) determinar que o réu no prazo máximo de dez dias cancele a pontuação negativa imputada à autora pela devolução dos cheques indicados a fl. 05 e cancele também os juros cobrados pelo saldo devedor daí decorrente;
- (3) condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Dou a obrigação imposta no item 1 supra desde já por cumprida.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento das obrigações impostas no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça), com a advertência de que eventual multa por descumprimento será fixada oportunamente, se necessário.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**